

**corumbá** LINHA DE TRANSMISSÃO CORUMBÁ S.A.  
transmissora CNPJ nº 13.227.009/0001-81

**Relatório da administração (Em milhares de reais)**

**1. Mensagem da administração:** A administração da Linha de Transmissão Corumbá S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

**2. A Companhia**

Denominação social	Linha de Transmissão Corumbá S.A.
Natureza jurídica	Sociedade anônima fechada
Data de constituição	24 de janeiro de 2011
Sede	Rio de Janeiro
Objeto social	Implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica
Empreendimento	Subestação Corumbá, Linha de transmissão Corumbá – Linha de transmissão Anastácio, CD
Características técnicas	Tensão de 230 kV, circuito duplo
Extensão aproximada	295 km

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo).

**3. Principais acontecimentos no exercício**

**(a) Receita Anual Permitida (RAP)**

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	15 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	40.435	38.393

Observa-se um aumento aproximado de 5,3%, resultante do reajuste positivo do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

**(b) Reforço**

	Reforço 3º reator de barra
Ato autorizativo	Despacho 4922 atualizado pelo Despacho 2885
Data	14 de dezembro de 2023 e 25 de setembro de 2024
RAP prevista	1.980
RAP prevista atualizada	1.980
Prazo previsto para entrada em operação comercial	24 meses
Obra	Instalação do 3º Reator de Barra de 15 Mvar, 230 kV - SE Corumbá 2
Data de entrada em operação comercial	05 de dezembro de 2025

**(c) Pagamento de dividendos para a acionista**

Celeo	2025
	6.532
	<b>6.532</b>

**(d) Disponibilidade da linha de transmissão** - A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios findos em 2025 foi de 100%.

**(e) Pagamento de principal e juros do financiamento**

	Principal	Juros
Financiamento	6.389	1.352
	<b>6.389</b>	<b>1.352</b>

**(f) Auditores independentes** - A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 127. No referido exercício não foram prestados serviços além de auditoria e asseguarção limitada para covenants. A contratação dos auditores independentes é de competência da acionista, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria** - A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal** - O Conselho Fiscal não é permanente e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos conselheiros, as atribuições e os poderes conferidos por lei. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**José Maurício Scovino de Souza**  
Diretor Técnico

**Marcus Hansen Balata**  
Diretor Financeiro

**Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)**

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa		828	811
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	3.186	5.530
Concessionárias e permissionárias	9	3.629	3.608
Ativo de contrato	10	31.531	28.685
Outros ativos		663	1.483
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>39.837</b>	<b>40.117</b>
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	2.081	2.890
Ativo de contrato	10	301.586	281.162
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>303.667</b>	<b>284.052</b>
Imobilizado		764	768
<b>Total do imobilizado</b>		<b>764</b>	<b>768</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>304.431</b>	<b>284.820</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>344.268</b>	<b>324.937</b>

**Demonstrações do resultado**  
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	17	<b>60.458</b>	<b>39.785</b>
Custo de construção	18 (a)	(17.952)	-
Custos operacionais	18 (b)	(7.578)	(5.560)
<b>Lucro bruto</b>		<b>34.928</b>	<b>34.225</b>
Despesas gerais e administrativas	18 (c)	(1.568)	(1.277)
Provisão para perda de crédito esperada	9	(299)	44
Outros		(43)	(18)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(1.910)</b>	<b>(1.251)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>33.018</b>	<b>32.974</b>
Receitas financeiras		1.074	1.423
Despesas financeiras		(2.036)	(2.353)
<b>Resultado financeiro</b>	19	<b>(962)</b>	<b>(930)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>32.056</b>	<b>32.044</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.058)	(4.145)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.529)	(393)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	20	<b>(6.587)</b>	<b>(4.538)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>25.469</b>	<b>27.506</b>

**Demonstrações do resultado abrangente**  
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	25.469	27.506
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>25.469</b>	<b>27.506</b>

**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>25.469</b>	<b>27.506</b>
Lucro líquido do exercício		25.469	27.506
Ajustes para:		-	-
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	2.529	393
- Imposto de renda e contribuição social correntes		4.058	4.145
- Provisão para perda de crédito esperada	9	299	(44)
- PIS e COFINS diferidos	13	810	97
- Títulos e valores mobiliários - rendimentos		(1.070)	(1.419)
- Juros e correção monetária sobre financiamento	11	1.743	2.013
- Depreciação		4	5
- Ativo de contrato - receita de construção		(20.702)	-
- Ativo de contrato - remuneração	10	(31.525)	(31.061)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>(18.385)</b>	<b>1.635</b>

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)**

Nota	Capital Social	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Retenção de lucros			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>147.000</b>	<b>7.224</b>	<b>42.864</b>	<b>37.342</b>	-	<b>234.430</b>
Pagamento de dividendos	16 (d)	-	-	(18.144)	-	(18.144)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	27.506	27.506
Reserva legal	16 (b)	1.375	-	-	(1.375)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	(6.533)	(6.533)
Dividendos adicionais propostos	16 (d)	-	-	19.598	(19.598)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>147.000</b>	<b>8.599</b>	<b>42.864</b>	<b>38.796</b>	-	<b>237.259</b>
Pagamento de dividendos	16 (d)	-	-	(19.598)	-	(19.598)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	25.469	25.469
Reserva legal	16 (b)	1.273	-	-	(1.273)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	(6.049)	(6.049)
Dividendos adicionais propostos	16 (d)	-	-	18.147	(18.147)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>147.000</b>	<b>9.872</b>	<b>42.864</b>	<b>37.345</b>	-	<b>237.081</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1 Contexto operacional:** A Linha de Transmissão Corumbá S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 24 de janeiro de 2011 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, com filial em Belém-PA. A Companhia tem por objeto social exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. A companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 13.901 em 31 de dezembro de 2025, devido à constituição dos dividendos a pagar para sua controladora. No entendimento da Administração, a geração de caixa da Companhia não é afetada e é suficiente para quitar suas obrigações de curto prazo, pois no que diz respeito ao pagamento desta obrigação, os acionistas podem utilizar esse recurso como aporte de capital. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A.(Celeo).

**1.1 Contrato de concessão**

Contrato de concessão	05/2011
Objeto do contrato	Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão
Estado atendido	Mato Grosso do Sul
Empreendimento principal	Linha de Transmissão Anastácio- Corumbá
Características técnicas da LT	230 kV, circuito duplo
Extensão aproximada	295 km
Instalações	(i) linha de transmissão Anastácio - Corumbá, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 295 km, com origem na subestação Anastácio e término na subestação Corumbá; e pela Subestação Corumbá, 230/138KV, 2 X 100 MVA; entradas de linha, interligações de barras, reator de linha, reator de barra, compensado estático, conexões de transformadores, reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
Data de assinatura	16 de junho de 2011
Prazo de vigência	30 anos
Data de vencimento	16 de junho de 2041
Início da operação comercial	Setembro de 2013

**1.2 Receita Anual Permitida (RAP)**

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	15 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	40.436	38.393

Observa-se um aumento aproximado de 5,3%, resultante do reajuste positivo do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). **1.3 Revisão Tarifária Periódica (RTP)** - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) realizará a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, considerando o seguinte cronograma.

	1ª revisão	2ª revisão	3ª revisão	4ª revisão	5ª revisão
Cronograma RTP (ciclo tarifário)	2016-2017	2021-2022	2026-2027	2031-2032	2036-2037

**1.4 Reforço** - Por meio do despacho nº 4.922, atualizado pelo despacho nº 2885, a ANEEL decidiu autorizar a Companhia a implantação de reforços em suas instalações de transmissão. O objetivo desse reforço é a instalação do 3º Reator de Barra de 15 Mvar, 230 kV - SE Corumbá II. As obras iniciaram em 2024 e a operação comercial teve início em dezembro de 2025. A Receita anual permitida (RAP) prevista é de R\$ 1.980. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 20 de fevereiro de 2026. Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos

aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota explicativa	Estimativas e julgamentos
6	Critério de apuração e remuneração do ativo de contrato
15	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios
22	Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Políticas contábeis materiais:** Uma nova norma contábil foi efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a nova norma contábil (listada abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras, visto que não é aplicável.

**Norma Vigência**  
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21) 01/01/2025  
A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

Prática	Nota explicativa	Descrição
<b>Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante</b>	8	Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento.
<b>Receitas e despesas financeiras</b>	19	A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

Prática	Nota explicativa	Descrição
<b>Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração</b>	11	(a) Classificação e mensuração - Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) Custo amortizado - Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial; (ii) VJR - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. (b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.



Continuação...



**LINHA DE TRANSMISSÃO CORUMBÁ S.A.**

CNPJ nº 13.227.009/0001-81

Prática	Nota explicativa	Descrição
		Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção - Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção 40% (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores; ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção - Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão; iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido - Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto (entre 10% e 12%) definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Prática	Nota explicativa	Descrição
		O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e/ou financeiro e alíquota de 15% e adicional de 10% (IRPJ) e alíquota de 9% (CSLL). A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos - O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e são mensurados pelas alíquotas vigentes na data de apresentação dessas demonstrações financeiras. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Norma	Adoção	Vigência
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às CPC 48/IFRS9 e CPC 40/IFRS 7)	Não houve adoção antecipada e não se espera que esta alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.	01/01/2026
Contratos de eletrificação relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7)	Não houve adoção antecipada; entretanto, a Companhia espera impactos relevantes na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos desse pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras.	01/01/2027

**8 Títulos e valores mobiliários: (i) Circulante** - A Companhia aplica seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99% (97,52% em 31 de dezembro de 2024) do DI com vencimento entre novembro de 2026 e dezembro de 2026. A variação observada na rubrica refere-se ao resgate para o cumprimento dos fluxos de pagamentos da companhia no exercício. **ii. Não circulante** - Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada "Conta Reserva" (caixa restrito), valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. Em 31 de dezembro de 2025, a totalidade dos recursos estão aplicados em renda fixa via cotas de fundos de investimento em títulos públicos referenciado DI no Banco Santander. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,1% (10,6% no exercício findo em 2024).

	2025	2024
9 Concessionárias e permissionárias		
A vencer	3.405	3.077
Até 3 meses	11	429
De 3 a 6 meses	63	102
De 6 a 12 meses	115	-
Acima de 12 meses	527	193
Provisão para perda de crédito esperadas (PCE)	(492)	(193)
	<b>3.629</b>	<b>3.608</b>

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir:

<b>Em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b>	<b>(193)</b>	<b>(237)</b>
Adições	(299)	-
Reversões	-	44
<b>Em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b>	<b>(492)</b>	<b>(193)</b>

	2025	2024
10 Ativo de contrato		
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		
Remuneração do ativo de contrato	31.525	31.061
Receita de construção	20.702	-
Recebimentos	(28.957)	(27.450)
<b>Em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b>	<b>333.117</b>	<b>309.847</b>

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	31.531	28.685
Não circulante	301.586	281.162
	<b>333.117</b>	<b>309.847</b>

	2025	2024
11 Financiamento		
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		
Juros	1.743	2.013
Amortização - principal	(6.389)	(6.284)
Amortização - juros	(1.352)	(1.854)
<b>Em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b>	<b>13.540</b>	<b>19.538</b>

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	6.524	6.380
Não circulante	7.016	13.158
	<b>13.540</b>	<b>19.538</b>

**i. Estrutura da dívida - (a) Financiamento** - A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 27 de agosto de 2013 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1, sendo dividido em 2 (dois subcréditos) conforme tabela a seguir:

	Subcrédito A	Subcrédito B
Valor captado	65.948	25.641
Vencimento da 1ª parcela	17/03/2014	17/03/2014
Vencimento da última parcela	15/01/2028	15/04/2023
Finalidade	Obras civis	Máquinas e equipamentos
Encargos	TJLP + 2,28%	TJLP + 3,5%
Forma de pagamento	Principal e juros mensais	

**ii. Estratégia para a contratação da dívida** - Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto na sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Tendo em vista que a receita da Companhia é corrigida anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação permitem o alinhamento entre receitas e despesas financeiras.  
**iii. Fluxos dos pagamentos futuros** - O fluxo estimado de pagamentos futuros, inclui somente principal, tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem mensalmente. Esse fluxo é calculado na posição final das dívidas em 31 de dezembro de 2025 e considera que todas as amortizações de

principal dos financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores de encargos incorridos, já reconhecidos nestas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 o vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2025	2024
Em 2027	6.476	-
Em 2028	540	-
	<b>7.016</b>	

**iv. Cláusulas restritivas** - O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas (covenants) financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas restritivas estão descritas a seguir:

- (a) Não realizar, sem a prévia autorização do BNDES, (i) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, ou constituição de garantias de qualquer espécie sem que as mesmas garantias e em iguais condições sejam oferecidas ao BNDES, e (ii) concessão de preferência a outros créditos, amortização de ações, emissões de debêntures ou emissão de novas dívidas;
- (b) não realizar a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio, cujo valor isoladamente ou em conjunto supere 25% do lucro líquido ajustado, salvo se verificado cumulativamente (i) o atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), (ii) a manutenção da capacidade da Companhia em cumprir com suas obrigações, e (iii) estar a Companhia adimplente com todas as obrigações do Contrato de Financiamento;
- (c) não receber a outorga de outra concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica que não seja relacionada ao Contrato de Concessão 005/2011-ANEEL; e
- (d) Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia estava em conformidade com as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento.

	2025	2024
v. Composição do endividamento e da dívida líquida		
Dívida bruta		
Financiamento	13.540	19.538
Caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários		
Caixa e conta corrente	(828)	(811)
CDB	(3.186)	(5.530)
Fundo de Investimento	(2.081)	(2.890)
<b>Dívida líquida</b>	<b>7.445</b>	<b>10.307</b>

	2025	2024
12 Imposto de renda e contribuição social a recolher		
Imposto de renda	12.729	10.840
Contribuição social	3.621	3.110
	<b>16.350</b>	<b>13.950</b>

**13 PIS e COFINS diferidos:** Os saldos de PIS e COFINS registrados no passivo decorrem das receitas de construção e da remuneração do ativo de contrato reconhecidas pela Companhia desde o início da fase de construção até a presente data, em conformidade com o regime de competência e com os critérios de reconhecimento de receita previstos no ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Nos termos do ICPC 01, a Companhia reconhece a receita de construção à medida do progresso da execução das obras, com o correspondente reconhecimento do ativo de contrato, bem como a receita de remuneração associada à prestação continua do serviço concedido, nos termos do contrato de concessão. Os tributos incidentes sobre tais receitas são reconhecidos simultaneamente ao reconhecimento da receita que lhes dá origem, em observância ao regime de competência. A realização dos saldos de PIS e COFINS ocorrerá de forma gradual, à medida do recebimento da RAP, conforme previsto no contrato de concessão e em alinhamento com o fluxo de realização do ativo de contrato reconhecido contabilmente. De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura. Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a administração entende que a obrigação é exigível, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável. Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da

Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis. A movimentação do PIS e da COFINS diferidos está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Despesa do ano corrente	10.943	10.847
	810	97
	<b>11.755</b>	<b>10.943</b>

O montante do PIS e da COFINS está demonstrado abaixo:

	2025	2024
PIS	2.093	1.949
COFINS	9.662	8.994
	<b>11.755</b>	<b>10.943</b>

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	1.093	991
Não circulante	10.662	9.952
	<b>11.755</b>	<b>10.943</b>

**14 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A composição do saldo está apresentada a seguir.

	2025	2024
Imposto de renda	26.302	24.442
Contribuição social	9.469	8.799
	<b>35.771</b>	<b>33.241</b>

**15 Contingências:** A Companhia constitui provisões relacionadas a processos judiciais em valores suficientes para garantir eventuais perdas consideradas prováveis. A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas. A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia. **i. Desconto de parcela variável** - A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável. O processo foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui processos com chances prováveis de perda.

	2025	2024
Passivos contingentes		
Cível	(i)	
	1.737	1.430
	<b>1.737</b>	<b>1.430</b>

**16 Patrimônio líquido: (a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 147.000, dividido em 147.000.000 (cento e quarenta e sete milhões) ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada. **(b) Reserva de lucros** - **ii. Reserva legal** - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. A destinação da reserva legal está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Reserva legal	1.273	1.375

**iii. Reserva de retenção de lucros** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios** - O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. A destinação do dividendo mínimo obrigatório está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendos mínimos obrigatórios	6.049	6.533

**(d) Dividendo adicional proposto** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária	30 de abril de 2024	18.144	Destinado ao pagamento de dividendos adicionais à acionista.
Assembleia Geral Ordinária	28 de abril de 2025	19.598	Destinado ao pagamento de dividendos adicionais à acionista.

A destinação do dividendo adicional está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendo adicional proposto	18.147	19.598

	2025	2024
17 Receita operacional líquida		
Remuneração do ativo	31.525	31.061
Receita de construção	(i)	
Ganho na RAP	6.498	6.193
Receita de Operação e Manutenção	5.842	5.523
<b>Receita bruta</b>	<b>64.391</b>	<b>42.777</b>
Pis e Cofins correntes	(1.354)	(1.423)
Pis e Cofins diferidos	(810)	(97)
Encargos setoriais	(1.769)	(1.472)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(3.933)</b>	<b>(2.992)</b>
	<b>60.458</b>	<b>39.785</b>

(i) Refere-se a construção do reforço conforme nota explicativa 1.4. (ii) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Reserva global de reversão (RGR)	(1.434)	(960)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(372)	(364)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	37	(148)
	<b>(1.769)</b>	<b>(1.472)</b>

**18 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas (a) Custo de construção**

	2025	2024
Serviços	(12.779)	(5.173)
Máquinas, equipamentos e materiais	(17.952)	(17.952)

	2025	2024
(b) Custos operacionais		
Manutenção de subestação	(i)	
Pessoal	(1.884)	(1.854)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	
Viagem e hospedagem	(447)	(230)
Vigilância e segurança	(299)	(203)
Consultoria técnica	(125)	(153)
Material	(155)	(134)
Manutenção de faixa	(11)	(6)
Diversos	(591)	(849)
	<b>(7.578)</b>	<b>(5.560)</b>

(i) O aumento observado no exercício na rubrica refere-se aos serviços de manutenção na subestação (limpeza da faixa de servidão). (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo conforme nota explicativa 21.

	2025	2024
(c) Despesas operacionais		
Prestação de serviços administrativos	(i)	
Consultorias	(365)	(131)
Pessoal	(29)	(14)
Diversos	(102)	(60)
	<b>(1.568)</b>	<b>(1.277)</b>

(i) Refere-se à prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo conforme nota explicativa 21 (a).

	2025	2024
19 Resultado financeiro		
Rendimento de aplicação financeira		

Continuação...



**LINHA DE TRANSMISSÃO CORUMBÁ S.A.**

CNPJ nº 13.227.009/0001-81

<b>(c) Dividendos</b>		
<b>Em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b>	<b>6.533</b>	<b>6.048</b>
Pagamento de dividendos	(6.532)	(24.192)
Dividendos oriundos das reservas de lucros	19.598	18.144
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	6.049	6.533
<b>Em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b>	<b>25.647</b>	<b>6.533</b>

**22 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas** - A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato de Financiamento, a venda de determinados ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. Atualmente o financiamento da Companhia é indexado à TJLP. **iii. Gestão de risco de crédito** - O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais** - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais. Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acionistas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST),

seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber utilizando uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras** - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros** - A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável\* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

Risco	Cenários		
	(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(790)	(593)
Financiamento	Aumento da TJLP	1.013	1.266
			1.519

\*Fonte: O CDI para o cenário provável (15%) foi considerada conforme relatório Focus de 2 de janeiro de 2026. A TJLP para o cenário provável

(7,5%) foi considerada conforme relatórios de mercado de dezembro de 2025. **(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros** - A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

Hierarquia do valor justo	Custo amortizado	2025		2024	
		VJR		VJR	
Caixa e equivalente de caixa	828	-	811	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	5.267	-	-	8.420
Concessionárias e permissionárias	3.629	-	3.608	-	-
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>4.457</b>	<b>5.267</b>	<b>4.419</b>	<b>8.420</b>	-
Fornecedores	1.161	-	1.025	-	-
Financiamento	13.540	-	19.538	-	-
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>14.701</b>	-	<b>20.563</b>	-	-

**(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)** - A Administração considera que o valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos nestas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos. **23 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2025 a 30.06.2026	81.945
Responsabilidade civil	30.06.2025 a 30.06.2026	20.000
Responsabilidade da administração	16.04.2025 a 16.04.2026	50.000

**José Maurício Scovino de Souza** Diretor Técnico  
**Marcus Hansen Balata** Diretor Financeiro  
**Bruno M. S. M. Melo** Contador CRC-RJ 111193/O-8

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

**Aos Acionistas da Linha de Transmissão Corumbá S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Linha de Transmissão Corumbá S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linha de Transmissão Corumbá S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2026  
**KPMG**  
**KPMG Auditores Independentes Ltda.** Milena dos Santos Rosa  
 CRC SP-014428/O6 F-RJ Contadora CRC RJ-100983/O-7

